



**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
**5º. CONGRESSO NACIONAL**

**CADERNO DE TESES**

**O TEMPO NÃO PARA**

**Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015**

# O Tempo não Para

*Contribuição da chapa "Partido Para Todos e Na Luta" (Movimento PT/Tribo/Socialismo XXI e independentes) aos debates do 5º. Congresso Nacional do PT - junho/2015*

## **Introdução: novos desafios, novas alternativas**

1. Nas últimas décadas ganhou espaço a percepção de que não há diferenças significativas entre os partidos políticos, e que a dicotomia esquerda e direita deixou de ter sentido. A despeito dos desafios e da necessidade de reinvenção das esquerdas democráticas, consideramos que esta é uma análise simplista, equivocada e alienadora da política. Na questão material, o enfrentamento ao desemprego e às desigualdades sociais segue presente nas ações implementadas por governos de esquerda mundo afora, particularmente na América Latina, e um novo campo pós-material de demandas, aspirações e direitos se descortinou, passando a ser parte constitutiva dos nossos programas. As eleições 2014 e a conjuntura que se segue no Brasil são prova de que há projetos bastante distintos em disputa e que o acirramento das contradições está colocado.
2. Nossa contribuição ao Congresso do PT que se realizará em junho, se dá sob o forte impacto destas eleições no Brasil; das primeiras medidas do governo Dilma; do acirramento da crise internacional; da conformação de uma nova polarização ideológica em todo mundo; e de uma nova fase do imperialismo alicerçado no argumento da democratização e da guerra ao terror, diretamente associado à tentativas de desestabilização das experiências latino-americanas de governos progressistas pelas elites econômicas locais e externas.
3. A reeleição da presidenta Dilma foi a grande vitória das possibilidades democráticas e populares no Brasil e no mundo. Toda a América Latina e certamente os países do BRIC's voltaram seus olhos e expectativas esperançosas para o nosso pleito. Somos fiadores de um importante processo político e econômico em curso no mundo, nossa derrota poderia desencadear um perverso efeito dominó para esquerda em toda a América Latina.

4. Se a ida da militância para as ruas na reeleição de Dilma em 2014 nos remeteu a 1989, a truculência com a qual nos deparamos não tem precedência. A campanha que vivenciamos entra para a história pela sua importância em si, mas também pelo conjunto de novas questões que devem colocar em movimento o Partido dos Trabalhadores. Talvez por isso haja tanto empenho em destruir essa experiência brasileira, numa associação golpista da grande mídia, da oposição partidária ao nosso governo, do capital financeiro e rentista, das forças fundamentalistas religiosas e da direita fascista que se anima e se colca no campo aberto da disputa política.
5. A compreensão de que estamos “sob ataque” é pressuposto para termos uma formulação que oriente o partido, quiçá a esquerda, os movimentos sociais e o governo, na busca pela superação aos desafios colocados nessa importante quadra da história.

## **6. Mundo**

### **a) A Situação Política Internacional**

7. A crise internacional do capitalismo que se explicitou a partir do estouro da bolha imobiliária nos EUA em 2008, se espalhou para a Europa e atingiu duramente a China.
8. Na Europa, a elevada destinação de recursos do Tesouro Nacional para socorrer bancos privados em muitos países, gerou agravamento dos recursos públicos disponíveis aprofundando o desmonte do Estado de Bem-Estar Social no Continente. As medidas impostas pela União Europeia desencadearam uma onda de desemprego (atingindo 45% da mão-de-obra jovem da Espanha, por exemplo), desabastecimento (300 mil famílias tiveram a energia elétrica cortada por falta de pagamento na Grécia) e despejos por falta de pagamento de hipotecas. A retração da economia chinesa em 2012 foi mais uma peça do efeito dominó que, por sua vez, afetou duramente o Brasil.
9. A crise do capitalismo polarizou ideologicamente o mundo. Partidos de centro ou centro-esquerda que não conseguiram propor alternativas para além do sacrifício dos mais pobres foram tragados em virtude da incorporação de pressupostos econômicos ortodoxos e da política de austeridade. Nos EUA, a adoção de alguns mecanismos keynesianos assumidos pela gestão Obama, impulsionou a radicalização ideológica tendo à frente o discurso raivoso do TeaParty. Obama, a partir de então, foi acusado de

socialista e destruidor dos valores de autonomia individual do seu país.

10. Na Europa, a polarização foi ainda maior e evidente. A extrema direita – conservadora, racista e xenofóbica – emergiu tendo à frente a perseguição de imigrantes que estariam supostamente “roubando seus empregos”. Tal conjuntura nos remete a Europa da década de 1930 em que discursos nacionalistas, também xenofobos e racistas, levaram à ascensão de regimes totalitários como o Nazismo e o Fascismo. Na outra ponta da “régua ideológica” partidos de tipo novo surgiram na Espanha (Podemos), Portugal (Bloco de Esquerda) e Grécia (Syriza), envolvendo antigos militantes comunistas e socialistas, mas também a juventude que saiu às ruas em protestos gigantescos (como o 15M, da Espanha; greve de 48 horas e manifestações gigantescas em outubro de 2011 na Grécia; além da Revolução das Panelas da Islândia, em 2008, entre outros). Deles se ouviu, desde então, uma profunda crítica à relação promíscua entre grandes empresas e grandes partidos. Tudo foi resumido à denominação de “castas” (políticas e econômicas) que viraram as costas aos cidadãos. A velha polarização entre partidos liberal-conservadores e socialdemocratas europeus foi se desmanchando no ar com muita rapidez e dinamismo. Caso do PP/PSOE na Espanha, PS/PSD/PPD em Portugal, e assim por diante.
11. “Começou a terceira guerra mundial”, foi a afirmação do Papa Francisco. Embora possa parecer uma afirmação hiperbolizada, devemos verificar que o momento atual é de conflagração e embate entre um poder econômico, político, militar e cultural dos Estados Unidos e sua aliada Europa de um lado, e de outro os BRICS, com a China como principal economia, e onde o Brasil joga um papel fundamental como terceira economia do bloco dos emergentes e é um país que tem garantido a estabilidade na América Latina com várias experiências de governos de esquerda no continente. Vivemos um crescimento do poder econômico na região leste do planeta, com a China apontando como maior economia a partir de 2030, sendo que já é a maior economia industrial, e esse deslocamento geopolítico provocou uma ação contrária na disputa pela hegemonia global.
12. Essa disputa hoje não é ainda um conflito bélico generalizado no mundo mas pode ser presenciado em diferentes frentes: se estende por inúmeros conflitos localizados em vários continentes, por tentativas de golpes de Estado, algumas vitoriosas (Honduras e do

Paraguai), algumas derrotadas (Equador, Bolívia, Venezuela) e outras em curso (Argentina), por uma política clara de desestabilização de regiões do globo e por uma guerra econômica.

13. A Primavera Árabe foi, à exceção da Tunísia que teve eleições recentemente, convertida em uma situação de caos e barbárie, em que países como a Líbia retrocederam à inexistência de um Estado com a disputa de seu território entre diferentes grupos armados. O Egito sofreu um novo golpe militar que derrubou um presidente eleito pela maioria do povo e teve a Irmandade Muçulmana colocada na ilegalidade com a condenação à morte de milhares de seus militantes. Na Síria, o financiamento direto dos EUA e da Arábia Saudita para os insurgentes que querem derrubar o ditador Al-sad criou o Estado Islâmico, tal como o financiamento aos grupos de guerrilheiros mujahidins na década de 1980 que deram origem à hoje tão combatida Al-Qaeda.

14. Ainda hoje, na Síria, os EUA financiaram a Al-Qaeda, que seria supostamente inimiga dos norte-americanos, para que esta também se convertesse em mais um elemento desestabilizador daquela região do globo. Hoje também está nítido que as incursões americanas no Iraque e Afeganistão foram casuisticamente justificadas com mentiras e que o resultado final é a desestabilização e o enfraquecimento da região de caráter político, social, militar, a criação do caos em amplas áreas do globo, elementos estruturantes de uma política de disputa de hegemonia global. A presença do Estado Islâmico no Iraque, fortemente financiado pela oligarquia saudita e pelos EUA, também teve o interesse em enfraquecer o governo e o Estado iraquiano, que não se tornou mais próximo do Irã do que dos norte-americanos.

15. A derrubada do governo ucraniano por um golpe com ampla participação fascista em 2013 e financiado pelos EUA e pela Europa levou a Rússia a reagir à tentativa da OTAN de colocar suas tropas na fronteira de seu país. É possível identificar que os EUA vêm sistematicamente subindo o tom com os países dos BRICS e outros com posturas de natureza mais autônomas e questionadora da atual ordem mundial. A recente situação de queda vertiginosa do preço do petróleo foi resultado de uma ação planejada pela Arábia Saudita e membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) com o beneplácito norte-americano para enfraquecer e levar países emergentes a crises, mesmo sabendo que isso paralisaria momentaneamente a exploração do petróleo

e de xisto. O objetivo é debilitar a economia russa, ainda muito dependente das exportações de petróleo, enfraquecer o Irã, inviabilizar a exploração do Pré-Sal no Brasil e quebrar a economia venezuelana.

16. O Papa Francisco está certo, não começamos ainda uma guerra bélica total, mas extensões imensas do planeta estão em conflito, há desorganização social, barbárie, fome, destruição. E a guerra econômica que os EUA tanto usaram contra a União Soviética até 1991 e que conseguiu o exaurimento da economia daquele através da corrida armamentista e espacial, volta a ser peça fundamental na disputa global.

## **1.2. A Atualidade do Socialismo Petista**

17. O PT surge como um meio, não como um fim em si mesmo. Um meio de organização autônoma dos trabalhadores e trabalhadoras para a disputa do poder. Trata-se do resultado de um acúmulo de forças libertárias que lutavam contra a ditadura, a desigualdade social e vislumbravam a construção de outro mundo possível.

18. Surge também como alternativa ante os tradicionais partidos comunistas, defendendo a democracia como principal pilar do socialismo, e como crítico às correntes social-democratas, conforme pode ser visto na resolução aprovada no 7º Encontro Nacional do PT sobre o “Socialismo Petista”:

- i. “As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranquila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar, mas o próprio socialismo. O diálogo crítico com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. Todavia seu projeto ideológico não corresponde à convicção anticapitalista nem aos objetivos emancipatórios do PT”.

19. Ao longo dos seus 35 anos de história, o PT se consolidou como partido anticapitalista e anti-imperialista, mesmo construindo alianças conservadoras para eleger o primeiro operário presidente e a primeira mulher. A trajetória ao poder, entretanto, foi marcada por dissidências e traumas que, devido ao papel central que o PT passou a ocupar na política nacional, podem se confundir com feridas da própria esquerda brasileira.
20. À medida que o Partido avançou na disputa do poder institucional, ampliando sua representação nos governos e parlamentos, fragilizamos nossa relação com os movimentos sociais que, por sua vez, enfrentaram desafio semelhante ao nosso: ser movimento e ocupar espaços nos governos e parlamentos, além dos espaços de participação popular construídos no decorrer do governo Lula.
21. O caminho que trilhamos para a conquista do Governo Federal e os discursos, por vezes vazios e por vezes necessários, da defesa da governabilidade, nos levaram a exercer uma política de conciliação de classes, nos descaracterizando enquanto partido classista, dos trabalhadores e trabalhadoras. Uma suposta “ética” da responsabilidade substituiu o debate político e a autocrítica, descredenciando a militância que ousava questionar a tática adotada, seja por considerá-la equivocada, ou incoerente com nosso programa estratégico: o socialismo petista. A mesma “ética” da responsabilidade provocou um processo de centralização que usurpou do partido diversas discussões e decisões importantes, transferindo-as para o âmbito dos mandatos executivos e legislativos, desestimulando a militância petista.
22. Acreditamos que o PT está diante de uma encruzilhada histórica. Experimentamos os limites da política de conciliação de classes e, apesar dos avanços, não conseguimos transformar em realidade muitas de nossas bandeiras históricas. Hoje a situação se agrava, pois mesmo as políticas que implementamos até aqui, correm risco.
23. Ou revisamos nossa tática e nos reposicionamos no cenário político nacional (reafirmando o socialismo como estratégia), ou seremos mais um partido social-democrata, marcado por interesses fisiologistas e incapaz de disputar a sociedade brasileira, em especial a juventude, para construir um outro mundo possível.
24. Se antes era possível acusar um grupo ou uma corrente interna do PT por protagonizar

as principais distorções que experimentamos no último período, hoje práticas que estão em desacordo com nossa ideologia, e inclusive desvios éticos, atravessam a maioria das tendências, fragilizadas pelo mesmo processo que enfraqueceu as instâncias partidárias.

25. Temos o horizonte de superação da sociedade capitalista, não somos apenas reformistas, pois além de nossas convicções teóricas, a história de outros partidos e outras nações nos ensinou que o capitalismo não é reformável. Confiar na neutralidade da máquina estatal e na possibilidade de igualdade social sem rompimento com a cultura e com a estrutura do sistema capitalista é abandonar o projeto classista e socialista que referenciou o Partido dos Trabalhadores.
26. Consideramos que o socialismo democrático não se trata de uma inevitabilidade histórica, mas resultado de ações conscientes de sujeitos sociais comprometidos com a justiça, a igualdade, a liberdade e a democracia. Esse engajamento político no exercício da cidadania compreende que o Estado é o elemento fundamental na política redistributiva de renda, riqueza e poder, e que deve ser permeado pela sociedade, controlado pela sociedade, exercitando níveis sempre crescentes de participação social.
27. Esse Estado, se expressar os interesses sociais das amplas maiorias da sociedade e se souber garantir a democracia e o direito à diferença, à pluralidade, pode ser o instrumento de regulação social da Economia que necessitamos. Defendemos que a economia deve ser orientada socialmente, corresponder aos interesses públicos e à preservação do meio ambiente. Mesmo havendo mercado na Economia Socialista que defendemos, as diretrizes, as normas, e o planejamento estatal serão essenciais para evitar assimetrias, exploração econômica, e a destruição do meio ambiente.
28. Devemos manter e aprofundar as relações do PT com outros partidos e organizações de esquerda, em especial as latino-americanas, reforçando um espaço de articulação, de solidariedade e de planejamento conjunto de todos aqueles que almejam uma civilização mais justa socialmente, que defendem a democracia enquanto valor estratégico, e buscam um desenvolvimento sustentável no plano da economia, da sociedade e da relação com a natureza. A continuidade do investimento na integração regional deve ser uma prioridade. Politicamente, acumulamos muito na América Latina e Caribe, precisamos avançar economicamente no sentido de fortalecer o Mercado Comum do Sul



(MERCOSUL) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

29. Os constantes e virulentos ataques dos setores mais conservadores da direita brasileira ao Foro de São Paulo, demonstram o quão subversiva e fundamental é a ideia do internacionalismo, e portanto deve ser parte estruturante do nosso projeto de sociedade. Esse internacionalismo deve estar conectado com os desafios do nosso tempo, nos Direitos Humanos, na defesa dos direitos de primeira geração (direitos civis e políticos), de segunda geração (direitos sociais: saúde, educação, habitação, emprego, salário digno), de terceira geração (que são os direitos da fraternidade, o direito à diversidade cultural, étnica, de gênero, de orientação sexual) e de quarta geração (preservação do meio ambiente e solidariedade intergeracional).
30. A defesa intransigente do internacionalismo se torna mais atual se pensarmos que hoje o capital se articula transnacionalmente, se sobrepondo muitas vezes aos Estados-Nações. A crise econômica e suas soluções se processam internacionalmente e por isso as alternativas de superação dessa realidade precisam necessariamente de uma interlocução e ação globalizadas.
31. A apresentação e articulação internacional de nossa visão de mundo, que compreende o Socialismo Democrático, os direitos humanos em suas diferentes gerações e a defesa da democracia como valor estratégico, devem contribuir para construção de um mundo multipolar, e pela busca da Paz, da finalização dos conflitos e guerras, pelo respeito aos direitos de pessoas, grupos, nações e por um desenvolvimento que diminua progressivamente a diferença entre os mais ricos e os mais pobres, invertendo e subvertendo a lógica do capital que tem concentrado mais poder e dinheiro nos 1% mais ricos do mundo, que detém mais riqueza que os 50% mais pobres.
32. Essa nova realidade não é apenas desejável por ser eticamente superior, mas para evitar a extinção da espécie humana. Afinal, como já nos alertou Mezáros parafraseando Rosa Luxemburgo: “Socialismo ou barbárie. Barbárie, se tivermos sorte”.

## **2. Brasil: Mudanças e Perspectivas da Esquerda**

33. O contexto global apresenta novos desafios para a esquerda e para este governo, que precisa trazer a defesa dos direitos humanos para o centro da política, trilhando o

caminho indicado pela militância espontânea e também pela partidária que reelegeu a Presidenta Dilma.

34. Do ponto de vista econômico precisamos analisar a conjuntura, mas também nos situar historicamente. Com as restrições trazidas pela globalização e a redução do ritmo econômico provocado pelas crises do petróleo na década de 1970, a tríade pleno emprego, altos salários e investimento estatal em políticas de bem-estar deixou de gerar demanda de consumo e crescimento econômico, provocando sucessivos fracassos dos governos de esquerda democráticos e o avanço do neoliberalismo. Em meio a uma recente crise mundial ainda mais profunda, comparável apenas com a de 1929, foi preciso inovar, mesmo que ainda dentro dos limites da conciliação de classes.
35. Enquanto a direita apresentava como resposta a retomada de políticas neoliberais fracassadas, no âmbito material, o que tem diferenciado os governos de esquerda é a defesa do emprego por meio de investimentos em capital fixo (infraestrutura) e humano, a manutenção do gasto social a partir da ampliação, ou manutenção, da carga tributária sobre os mais ricos, aumentando a progressividade na taxaço da renda. No caso do Brasil os maiores exemplos dessas políticas são: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o aumento real do salário mínimo e o Bolsa Família. Estas políticas são essenciais, mas também limitadas, e para avançar será preciso fazer escolhas e contrariar interesses. Será possível crescer, distribuir renda e reduzir a desigualdade social apenas com reformas estruturantes como a tributária, a urbana, a agrária, a taxaço das grandes fortunas, a democratização da mídia e a reforma política. Sabemos que a tarefa não é fácil e exigirá coragem e mobilização social.
36. Vivemos um real impasse: desenvolvemos políticas sociais em um cenário em que a economia mundial estava em ascenso. Porém, essa condição além de não se manter, nos empurra para um crescimento mundial que não soma 3% ao ano, e no Brasil está negativo. Diante deste cenário, soluções econômicas ortodoxas vem ganhando espaço, tal como os setores conservadores.
37. O governo Lula iniciou-se após a superação da crise econômica mundial de 1998, e em um momento de maior demanda por commodities, estes fatores combinados à políticas de

redistribuição de renda e políticas sociais permitiram um crescimento econômico com geração de empregos e o aumento da renda dos trabalhadores. A partir de 2008, mesmo com a crise internacional do capitalismo, a economia brasileira seguiu crescendo e gerando empregos em função da acertada aposta no consumo interno da população recentemente incluída, e em políticas anti-cíclicas.

38. Durante o governo Dilma esse impulso promovido pela inclusão social e a geração de empregos continuou a existir, mas com uma força menor devido à desaceleração do PIB. O crescimento mais acentuado do PIB será necessário para o aprofundamento das transformações sociais em curso e a para o aumento da capacidade do Estado em atender às necessidades de qualificação e ampliação das políticas públicas.
39. No momento, a demanda brasileira de consumo por bens vem alimentando as indústrias de outros países em virtude da sobrevalorização do real frente ao dólar, artificialmente provocada pelo Banco Central americano. Essa situação tem provocado o sucateamento da indústria brasileira e a destruição de empregos nesse setor estratégico. A combinação juros altos e dólar barato destroem a indústria nacional, fazem com que a massa salarial dos trabalhadores brasileiros sustente, pelo consumo de produtos importados ou “maquiados” no Brasil, a indústria de outros países. Dessa maneira, perde-se a oportunidade de crescer na produção uma vez que o consumo do Brasil “derrama” para outras áreas.
40. A crise sistêmica do capitalismo mundial não permite um crescimento razoável do PIB, e por isso hoje torna-se necessário que o crescimento nos países em desenvolvimento se dê pelo aumento do investimento, pela diminuição dos juros da dívida interna e por uma política cambial que permita uma relação mais justa no comércio internacional.
41. Entretanto, a série de cortes na taxa básica dos juros entre 2011 e 2013, que havia criado pela primeira vez na história um patamar de apenas um dígito, aproximando os juros brasileiros da média mundial, abrindo espaço para uma política econômica que prioriza a produção ao invés da especulação e que foi fortemente criticada e sabotada pelo grande capital financeiro e sua mídia subserviente, criando uma pressão política pela recessão. Afinal, grande parte do empresariado prefere especular com os títulos públicos do que investir em atividades produtivas, e essa parcela do empresariado procurou compensar

essa perda na especulação rentista com o aumento de preços de forma mais acelerada. Passamos a viver no Brasil com a sabotagem econômica financista. Por outro lado, a política de isenções fiscais para estimular a economia criou uma situação em que as políticas sociais hoje têm dificuldade de financiamento. Isso foi aliado à política de contenção dos preços dos derivados de petróleo, e criou dificuldades para a Petrobras.

42. Apesar disso tudo, a eleição de 2014 foi vencida pela compreensão de que os compromissos feitos estão em uma base à esquerda, criticando a proposta dos candidatos oponentes de independência do Banco Central, assim como a de diminuição do papel dos bancos públicos e de redução da atuação do Estado. Foi fundamental a decisão de desconstruir as candidaturas conservadoras, apresentando um programa que apontava para o aprofundamento das mudanças, e que garantiu a nossa vitória.

43. Está muito claro que o capital financeiro e sua mídia oligopolista continuarão a fazer a propaganda mentirosa de que a inflação está em escalada vertiginosa e também uma pressão para que o Ministério da Fazenda faz concessões ao “mercado”, aos especuladores. O programa de governo vitorioso e nosso arco de apoios populares, não nos permite incorrer no erro de buscar conciliar uma política econômica de direita com uma suposta política social de esquerda.

44. Não é o momento de aumentar os juros básicos da economia, a inflação que hoje existe não deve ser limitada pela contenção da demanda, sob pena de frearmos ainda mais nosso crescimento e gerarmos desemprego. Também entendemos que é o momento de reavaliar o que mais pesa no “custo Brasil” para a produção industrial brasileira, que não são os salários ou direitos da CLT, mas na verdade o câmbio manipulado pelos interesses estadunidenses. O recente aumento do valor do dólar demorará um certo tempo para ter efeito na economia. O valor de R\$ 3,10 do dólar abre perspectivas para uma volta no investimento industrial, entretanto os agentes econômicos devem ficar convencidos que essa situação é permanente e não apenas um ataque especulativo ao Real que acompanha a tática de desestabilização do governo Dilma.

45. A política ortodoxa exigida pelo “mercado” (e que já foram defendidas pela Fazenda e pelo Planejamento do governo federal) como condição para fazer o “diálogo” enfraquece as condições do governo aprofundar as políticas defendidas durante a campanha. Exemplos

dessas políticas que se tornarão inviáveis pela política econômica “do mercado” são: o investimento de 10% do PIB em Educação, da ampliação do Minha Casa Minha Vida, do PRONATEC, da melhoria da Saúde e da promoção e de defesa dos direitos humanos. Se de um lado corremos o risco de mantermos um crescimento pequeno da economia com o receituário defendido pelo “mercado”, por outro frustraremos as grandes mobilizações de 2013 e de nossa campanha de 2014 que apresentaram expectativas de mais universidades, mais Institutos Federais, melhores salários para os professores, mais investimento na Saúde, melhor segurança pública, habitação, direito à cidade, mais lazer e acesso à cultura.

46. Precisamos lembrar que o compromisso programático de caráter conciliatório que nos elegeu em 2002 sintetizado na “Carta ao Povo Brasileiro”, não é o mesmo que o da campanha e do programa que apresentamos na campanha de 2014. Nosso vocabulário foi permeado por expressões como “Muda Mais”, “Governo Novo, Ideias Novas”, e “Mais Futuro”, defendemos a ampliação da participação popular e dos direitos sociais, e a defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, e portanto precisamos cumprir o programa por meio do qual fomos eleitos. O governo FHC não são sintonizadas com a conjuntura atual, nacional e internacional. Para além deste compromisso, é preciso que o governo compreenda que as medidas tomadas em 2003 para enfrentar uma crise deixada pelo governo FHC não são sintonizadas com a conjuntura atual, nacional e internacional.

47. Por conta disso, devemos reafirmar a prioridade de mobilização dos movimentos sociais, a luta em favor da reforma política e da democratização dos meios de comunicação, e também a luta para termos uma política econômica que estimule a produção, e que não comprometa os recursos públicos com o pagamento dos juros da dívida. Apenas as alianças eleitorais não conseguirão realizar as reformas necessárias para o Brasil avançar.

48. Vale reafirmar também que o PT deve ser protagonista de um processo de mudanças e de inflexão política que agregue os movimentos sociais e políticos progressistas, do campo democrático e popular, para uma nova fase de lutas sociais no Brasil. Essa atuação política também deve compreender o cenário mundial.

## **2.2 As reformas democráticas e populares**

### **A disputa no Brasil: necessidade de reinventarmos nossa ação**

49. A eleição de 2014 representou uma expressiva vitória do PT garantindo nas urnas o inédito quarto mandato à frente do governo federal. Essa vitória foi impulsionada fundamentalmente pelos “de baixo”, nossa tradicional e organizada base social: trabalhadores/as, juventude e o meio popular. Mobilizado como há muito tempo não se via em campanhas, esses setores nos mandataram enviando um nítido recado: avançar à esquerda! Contraditoriamente, o nosso governo adotou algumas ações de caráter recessivo e rentista que aprofundará a desaceleração econômica e criará as condições objetivas para a derrota política do PT e da esquerda, seja nas eleições de 2016 e 2018, seja com o impeachment num horizonte possível, a depender da correlação de forças e da crise econômica.
50. Essa disputa política se processa em duas frentes simultaneamente: desgaste político, midiático e judicial a partir da exploração seletiva e enviesada do processo da que colocou a Petrobras sob investigação; e desgaste econômico, com o apoio da mídia para dar a sensação de inflação galopante, crise econômica e desemprego alto. Esse desgaste econômico também encerra o interesse de frear a atividade econômica pela destruição da Petrobras, suas obras, atividades e encomendas. Nesse último ponto, o que se presencia é a ação já em curso, e que tem tido extremo sucesso, de parar todas as obras da Petrobras pela ação da justiça, desmontar as empresas nacionais envolvidas no “escândalo” e assim contribuir para a depressão econômica, com o objetivo de desestabilizar o governo Dilma, já bastante fragilizado, com uma grave recessão econômica, e indicar o caminho da privatização do Pré-Sal, da destruição da política de conteúdo nacional e a abertura ao capital estrangeira para dominar a Petrobras e as reservas de petróleo.
51. Esse cenário se agrava com as derrotas do governo no processo de eleição da Câmara dos Deputados e, no desgaste provocado pelas mobilizações do dia 15/03/15, que levaram as ruas os setores mais conservadores, com claros contornos golpistas, mas também setores médios, em especial jovens, entre 20 e 39 anos (pesquisa FPA), de onde as percepções sobre a realidade lidam com nossos feitos numa paisagem já posta, sem nenhuma grande novidade. Contar-lhes a história, não será o suficiente para disputar a caracterização da conjuntura e de nossos governos.

52. A realização do ajuste fiscal é importante para dar sustentabilidade à economia e às políticas sociais, entretanto devemos aproveitar o capital político gerado na eleição de 2014 para fazer com que esse ajuste se dê com a contribuição de todos os segmentos da sociedade, privilegiando a contribuição dos mais ricos. Não podemos cortar direitos, eventuais excessos, como ocorre no regime de pensões, precisam ser visto após de diálogo com a sociedade e debate no PT. Um ajuste fiscal voltado apenas para uma parcela da sociedade, para os mais pobres, nos fragiliza enquanto partido, e também como governo. Faz-se necessário propor o imposto sobre grandes fortunas, uma progressividade maior na cobrança do imposto de renda e a substituição dos impostos indiretos cobrados da classe trabalhadora no consumo por impostos sobre a renda elevada, operações financeiras, herança, imposto sobre terras sem uso, de caráter especulativo no campo e na cidade.

53. Acompanhando o ajuste fiscal, há em curso nesse início de segundo mandato a política de aumento de juros da SELIC, contradizendo o que foi feito pelo nosso governo entre 2011 e 2013, quando finalmente o Brasil passou a ter juros reais (depois que é descontada a inflação) de 2% ao ano. Essa política de juros altos não controla a inflação e o próprio Ministério da Fazenda já deu declarações em 2015 de que o aumento de juros não consegue combater a inflação numa economia oligopolizada, com preços de commodities ligados ao mercado externo e com o setor de serviços que não tem preços que podem ser controlados assim. Essa medida de aumento de juros só privilegia aos bancos e ao rentismo, pois os empresários terão maior conforto em aplicar seus recursos em títulos da dívida pública do que arriscar em empreendimentos produtivos.

54. O que precisávamos era a continuidade da política que vigorou entre 2011 e 2013 para “desintoxicar a economia” do rentismo e criar um clima adequado ao investimento produtivo. Devemos identificar que foi a partir dessa política econômica que começou a oposição mais dura e radical da mídia (financiada pelo capital financeiro), da oposição partidária e dos empresários, com a estratégia de criar uma oposição social, militante, de caráter ativo e que não respeita as regras da democracia. Mais uma vez verifica-se que a democracia só serve à direita quando ela vence as eleições. Caso não vença, a disputa política se alonga indefinidamente, até conseguir desgastar o governo e ganhar as próximas eleições ou abreviar o mandato do governante democraticamente eleito.

55. Um exercício de simples observação sobre o atual cenário nos coloca uma antiga questão: precisamos disputar hegemonia.
56. O sentimento “anti petista” disseminado no processo eleitoral é uma resposta direta às ações políticas de inclusão social e elevação da qualidade de vida que nossos governos vêm promovendo no país. Ele é fruto de um tradicional pensamento conservador, mas também encontra terreno fértil, seja nas velhas correntes que carregamos em parte das nossas alianças, seja no diário desgaste na pauta da corrupção, entre outras, por exemplo.
57. A contradição de nosso arco de alianças constantemente nos coloca sob pressão no Congresso Nacional onde, embora somemos a maior bancada, ficamos reféns de acordos com os partidos da base para manter a “governabilidade”. Ressaltamos ainda que as alianças proporcionais nos estados colaboraram diretamente para a redução da nossa bancada, e muitas vezes para a eleição de parlamentares que serão nossos ferrenhos adversários. A soma desses fatores se expressou diretamente no resultado de votos que nos diminuiu nas bancadas do Congresso e nas Assembleias Legislativas.
58. Na mesma proporção militante que fizemos campanha, fomos fortemente combatidos pelos “de cima”. A direita organizada optou por um fraco combate de ideias e centrou fogo no raso debate sobre a corrupção, jogando mais um balde no conta-gotas em que a imprensa vem trabalhando o desgaste do PT e do governo.
59. As grandes empresas de comunicação, corporações funcionais de elite e empresários se uniram a dirigentes partidários para criar uma liderança orgânica, um partido orgânico, de um bloco de classes conservador. Assim, surgiu no país uma oposição de direita renovada e forte, com base também no Estado. De caráter “udenista”, encontrou na bandeira da moralidade a unidade e o apelo eleitoral adequados para buscar a retomada do poder. O atualíssimo embate no Congresso Nacional sobre a participação social e a reforma política, em especial sobre os mecanismos de consulta à sociedade sobre esta reforma, demonstra com nitidez a ascensão política do conservadorismo e da direita no país.



60. O embate eleitoral acabou por organizar um programa conservador e de direita que foi apoiado por uma ampla parcela da população. É crescente o conjunto de valores e opiniões conservadoras, não organizados por um partido político e seu programa, mas disseminados em um senso comum contrário à política, ao humanismo e à justiça social. Aquele que se expressa em antagonismo à igualdade, se expressa na insurgência à ideia de que o outro, o qual estava em uma escala econômica e social inferior, possa ascender a um patamar socialmente igual. Um programa contrário à democracia.
61. Por outro lado, no último período as temáticas pós-materiais passaram a mobilizar a sociedade, e no Brasil, a satisfação das demandas materiais primárias de amplos setores sociais, possibilitada pelo combate à pobreza, permitiu a popularização de demandas como a defesa de um desenvolvimento ambientalmente sustentável, do acesso à cultura, do direito à cidade, à participação social, à qualidade de vida, e à diversidade. Se os setores mais retrógrados voltaram a ganhar espaço, os movimentos de luta por reconhecimento, respeito e liberdade, tem mostrado sua força social, exemplo disso foram as mobilizações em defesa da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados enquanto espaço de defesa das minorias, as jornadas de junho, e a centralidade que pautas de direitos humanos ganharam nas eleições presidenciais. Neste ponto vale uma análise mais detalhada sobre as eleições.
62. No primeiro turno, a postura confusa e conservadora dos posicionamentos de Marina levou a uma queda na sua credibilidade perante o eleitorado em geral, e contribuiu para desconstruir sua aura de representante da “nova política”. Nas temáticas pós-materiais, e nas políticas de defesa dos direitos humanos de maneira mais ampla, a campanha de Dilma foi à esquerda e conseguiu reaproximar eleitores jovens que em parte haviam migrado para Marina. Essa virada à esquerda se caracterizou justamente quando a presidenta reafirmou seu compromisso com a criminalização da homofobia, o enfrentamento ao extermínio da juventude negra e aos autos de resistência, bem como um firme compromisso com o combate ao racismo e o machismo. Torna-se imperioso a defesa dessa pauta pelo partido, pela esquerda, movimentos sociais e pelo nosso governo para fazermos um embate de ideias, de cultura, de caráter ideológico.
63. Iniciado o segundo turno, Aécio recebeu o apoio de praticamente todos os candidatos que disputaram as eleições presidenciais, com destaque para Marina Silva que havia

ficado neutra em 2010 e no primeiro turno havia centrado críticas na polarização entre os dois partidos (PT e PSDB).

64. Do outro lado ficou a candidatura de Dilma Rousseff, sem nenhum novo apoio formal de partidos políticos ou candidaturas, pode contar com a campanha de setores importantes do PSOL, que tirou resolução contra o voto em Aécio; de figuras históricas do PSB, que não se sentiram contempladas pela decisão da executiva nacional do seu partido de declarar apoio a Aécio; com o engajamento de artistas e intelectuais, muitos desses que não haviam se posicionado no primeiro turno; da militância de esquerda de um modo geral e da juventude.

65. A eleição tornou-se plebiscitória. Com Dilma largando atrás de Aécio, foi visível que a militância tomou a tarefa de reeleger a presidenta para si. Atos, plenárias de mobilização, panfletagens, caminhadas se espalharam de maneira espontânea por todo país. A cada dia que se passava maior era a capacidade de mobilização e a dedicação da militância afastada e de tantos outros que se somavam a esta contra os retrocessos e em prol de um segundo governo mais à esquerda e progressista que o primeiro. Desde de junho de 2013, temos visto inúmeras manifestações ganharem as ruas do Brasil, com as mais diversas pautas e até sem uma linha única definida, mas não há dúvida de que as milhares de pessoas que cobriram as ruas de vermelho nesta eleição se identificavam com as pautas progressistas.

66. A radicalização da disputa e a conformação das alianças empurrou o PSDB para a direita e o PT para esquerda, abrindo para nós uma oportunidade para avançarmos em pautas progressistas e transformações estruturantes no segundo governo Dilma. Saibamos que o outro lado desta moeda é a leva de manifestações racistas, xenófobas, machistas, homofóbicas, de movimentos calcados no ódio, no completo desrespeito à democracia e até mesmo na violência. Após as eleições, lidamos com um contexto de crise internacional, com o Congresso mais conservador da nossa história, e com uma burguesia que enxerga, melhor do que nós, os limites da política de conciliação de classes.

67. O início do segundo governo Dilma priorizou uma pauta conservadora, e ainda não mobilizou a militância que ajudou na reeleição com uma pauta econômica, social,

cultural e política progressista. Nesse contexto, as centrais sindicais iniciaram o mobilização pela manutenção de direitos, depois do anúncio das propostas de ajuste fiscal sem um debate anterior com os setores sociais organizados. Por outro lado, o movimento sindical deve intensificar a luta social, sob pena de se enfraquecer e se tornar menos representativo. O momento de lutas sociais é importante para que o movimento possa aglutinar mais setores, se legitimar, garantir direitos e avanços sociais. O momento é de radicalização política conservadora, se não houver uma disputa contra-hegemônica pela esquerda na sociedade, sucumbiremos numa derrota política histórica.

68. O ataque midiático que inundava o noticiário de informações falsas ou enviesadas sobre uma “crise econômica” e sobre “inflação descontrolada” foi acompanhado pela radicalização da disputa política e uma coesão desse bloco conservador, que hoje está na própria base do governo, em especial com o PMDB, que vêm votando sistematicamente contra o governo e apostando na crise econômica e institucional, indicando a decisão tomada por eles, sobre a aliança conosco: nos desgastarem e derrotarem.
69. Se o PMDB da Câmara tornou-se hegemônico em todo o Partido com a vitória de Cunha, será de fato difícil superarmos essa crise, porque ela se alastra do parlamento para todo o ambiente político institucional. Isso somado ao desgaste do nosso governo indicado nas pesquisas, demonstra como o cenário tornou-se complexo.
70. A iniciativa de propor um ajuste fiscal próprio, tomada pelo PMDB, quer nitidamente confrontar nossas iniciativas. O mesmo aconteceu no tema da Reforma Política, onde logo se adiantaram na defesa do financiamento empresarial das campanhas.
71. Por tudo isso, mas principalmente pelo ambiente criado no PMDB contra nós, talvez devêssemos deslocar o eixo prioritário da aliança partidária, para uma relação com outros partidos, enquanto é possível. Isso demandaria medidas políticas de recomposição de governo que não ampliassem o espaço deste partido, mas se dirigisse à outros, além de fortalecer o próprio PT e a relação com a sociedade.
72. Será preciso acenar para os setores à esquerda que cerraram fileiras conosco em 2014, rever a política cultural, atuar firmemente para criminalizar e enfrentar a homofobia,

enfrentar as execuções sumárias, registradas muitas vezes como autos de resistência, o machismo, e apresentar medidas concretas de enfrentamento ao genocídio da juventude negra.

73. No quarto mandato do PT não basta a continuidade de nossas políticas sociais, o mundo mudou, a economia está diferente, a disputa econômica dos EUA contra os BRICS está evidente, e para alcançar patamares superiores de divisão da riqueza e inclusão social, além da melhoria da qualidade das políticas públicas, é necessário uma contribuição maior de quem sempre lucrou soberbamente no Brasil, e isso não será conseguido pacificamente, pois temos uma elite patrimonialista, escravocrata, que sempre dissimulou seu preconceito social e racial mas nunca abriu mão de seu poder e de usufruir das riquezas produzidas no Brasil de forma predatória, não sustentável, excludente e hierárquica. É chegado o momento de confrontarmos nossa governabilidade com nossa capacidade de promover a democracia.

### **Por uma Organização de Juventude Petista Autônoma e de Massas para Construir uma Sociedade Libertária e Socialista**

74. A inclusão social e educacional de milhões de jovens das classes populares pelos governos Lula e Dilma, representa um marco histórico que possibilitou um deslocamento do papel social de parte considerável da juventude brasileira. O acesso a espaços antes relegados às classes mais abastadas, afora poucas exceções, permitiu o surgimento da geração dos primeiros (as) filhos (as) da classe trabalhadora inseridos no ensino técnico e superior. Esse fator, combinado à massiva ampliação do acesso à internet e, por conseguinte à informação e à disseminação da mesma, permitiu a constituição de uma nova geração de “formadores de opinião”, de jovens que possuem diferenciais centrais se comparados aos de gerações anteriores e até mesmo aos atuais oriundos da elite.

75. O jovem da classe trabalhadora tem se convertido em um formador de opinião, aquele que por ser um dos poucos de seu ambiente de sociabilidade a ter tido acesso a um nível educacional mais elevado, passou a ser visto como alguém que possui capacidade de analisar a conjuntura e em matéria de política emitir opiniões fundamentadas.

76. Assim, para além da questão numérica relacionada ao boom populacional desta faixa

etária, a importância do estabelecimento de diálogo com este jovem é maximizada pela sua capacidade de influência e possibilidade de se organizar politicamente. Já faz algum tempo que a direita se atentou para a centralidade da juventude na disputa de hegemonia política, enquanto o PT seguiu vacilante diante da sua necessária e urgente priorização.

77. Nossa direção não percebia que os ataques diários da mídia monopolista, somados ao desgaste natural de um partido que governa o Brasil há quase doze anos, levavam a juventude a identificar o PT como um partido tradicional; que algumas alianças do PT com figuras como Sarney, Collor e Maluf reforçavam essa imagem; e que a ausência de uma organização juvenil de massas e a opção por secretarias de juventude giradas para dentro, não dava conta de organizar o conjunto de jovens simpatizantes do PT, e nem mesmo os filiados.

78. Na campanha eleitoral de 2006 vimos parte relevante dos setores médios da juventude se entusiasmar com a candidatura de Heloísa Helena. Esse movimento se repetiu e se expandiu na campanha de Marina Silva em 2010 e novamente nas eleições municipais de 2012.

79. Em junho de 2013 nos deparamos com um período de intensa mobilização de massas protagonizado pela juventude. Pela primeira vez nos últimos 30 anos o povo foi às ruas sem que o PT exercesse qualquer tipo de liderança no processo, ao contrário, nosso partido (como todos os outros), foi pego de surpresa e Brasil adentro nossos dirigentes fizeram avaliações no mínimo equivocadas do processo. Essas mobilizações reforçaram o que muitos militantes da juventude do PT já afirmavam, que pra uma geração que só viu o PT no Governo Federal não basta a comparação com o período FHC, é preciso um programa de esquerda e uma nova organização política de massas para dialogar e organizar a juventude brasileira. Insistentemente, setores da Juventude do PT (JPT) alertaram a direção do partido sobre o erro tático e estratégico que representava seguir acreditando que os benefícios promovidos pelas políticas públicas implementadas pelo Governo Federal eram suficientes para ganhar as eleições e legitimar nosso governo.

80. Nas eleições 2014, a entrada de Marina na corrida eleitoral mobilizou os indecisos, os que até o momento votariam branco ou nulo, e a juventude. Durante um mês a candidata seguiu crescendo entre os mais jovens, e no fim de setembro sua trajetória tornou-se

decrecente, quando a candidata titubeou e retrocedeu na defesa dos direitos civis e, principalmente os direitos afirmativos relacionados à população LGBT. Nas temáticas pós-materiais, e nas políticas de defesa dos direitos humanos de maneira mais ampla, a campanha de Dilma foi à esquerda e conseguiu reaproximar os eleitores jovens. A firmeza ideológica de nossa campanha com relação às temáticas econômica, também serviu para desmascarar o lado de lá e aglutinar os setores mais à esquerda do lado de cá, principalmente durante o segundo turno.

81. A eleição presidencial de 2014 foi um momento impar em nossa história. De um lado sofremos duríssimos ataques de uma direita que se organiza para além dos partidos políticos e crescentemente demonstra sua presença e capacidade de articulação em diversos setores da sociedade, de outro vimos a militância de esquerda tomar para si o grande desafio que foi reeleger a presidenta Dilma e ir para às ruas defender não apenas o nosso legado, mas o aprofundamento do projeto democrático e popular. Parte expressiva desta militância foi formada por jovens, cuja campanha e o voto foram fundamentais para a nossa vitória. Infelizmente este vigoroso capital político foi rapidamente dilapidado em virtude das primeiras ações do Governo Dilma.

82. Hoje, a situação é dramática. A pesquisa do Datafolha divulgada na terceira semana de março deste ano deve acender nosso alerta. Esta aponta que o PT chegou ao mais baixo índice de simpatizantes desde 1989, caindo de 30% em março de 2013 para apenas 9% dois anos depois. Entre os jovens, pela primeira vez, o PT foi alcançado pelo PSDB, a pesquisa mostra que 6% preferem os tucanos e 5% os petistas.

83. Este resultado é fruto dos ataques que sofremos, muitas vezes injustos e motivados pelo ódio de classe, mas também da avaliação errônea do PT, que se omitiu da disputa de segmentos historicamente excluídos que ascenderam socialmente por meio das políticas que implementamos enquanto governo.

84. Tal postura foi ainda mais danosa na relação com a juventude, que não vivenciou o cerceamento de direitos e o conservadorismo exacerbado da ditadura, a inflação, o desemprego em massa, a fome e a ausência de perspectiva. O descompasso entre o PT e a juventude se deve ainda ao fato de o partido ter acreditado que o discurso para esse segmento deveria se restringir à defesa do governo e da política pública de juventude. A

trajetória histórica recente, principalmente a partir de junho de 2013, apontou que o temário da juventude é mais amplo, que os jovens se mostram interessados em debater temas relevantes para o país, como a economia, a mobilidade urbana, corrupção e a qualidade dos serviços públicos.

85. Será preciso radicalizar na democracia e aprofundar o diálogo com a juventude brasileira. Para tal propomos que o partido organize, junto com a JPT, um amplo calendário de atividades em todo país, que nossos ministros, parlamentares, prefeitos, secretários, dirigentes (incluindo Lula), petistas atuantes nos movimentos sociais, sejam convocados para esta iniciativa.

86. Propomos que essas atividades tenham um formato diferente da maneira burocrática que nos acostumamos a atuar, que sejam realizadas em locais de vivência dos jovens, tais como praças, escolas, universidades. A intenção é utilizá-las como polo para aglutinar a juventude crítica, mas que se identifica com o nosso projeto, produzindo um espaço de diálogo capaz de dar vazão aos múltiplos descontentamentos existentes, e tendo, dessa maneira, a possibilidade de iniciar um processo de disputa ideológica mediante a própria dinâmica interativa proposta.

87. É fundamental que a JPT passe a ter a sua agenda política. A instauração de um calendário de atividades de mobilização servirá para que a juventude construa o que será as reformas estruturantes no próximo período. Será preciso ir para as ruas coletar assinaturas para o nosso projeto de iniciativa popular da reforma política, dialogar com a população sobre o real significado da democratização dos meios de comunicação, a importância da reforma agrária, e o impacto na vida de cada um que a reforma tributária trará.

88. Para dar conta dos próximos desafios, será preciso fazer da JPT uma organização de massas com autonomia política que lhe dê condições de apresentar suas formulações críticas e pressionar o partido para esquerda.

89. Sabemos que a permanência dos mesmos dirigentes na estrutura partidária durante vários anos estagna a visão do PT sobre a sociedade e por isso devemos encampar o processo de renovação de quadros e dessa forma oxigenar o partido. O grande risco das

cotas de jovens nas direções, é que estas na prática signifiquem uma opção por uma renovação tutelada. Cabe ao PT respeitar esses dirigentes, e não trata-los como “correia de transmissão” ou dirigentes de segunda categoria, cabe a JPT garantir formação política e empoderá-los, para que de fato a perspectiva da juventude esteja representada em nossas direções.

90. Ao longo dos mais de 30 anos de história o PT se tornou o principal referencial político para a juventude brasileira. A identificação de milhões de jovens com a construção de uma utopia de igualdade e justiça se materializou e se materializa nos programas, ações e movimentos liderados pelo PT e pelos petistas. Esta identificação faz com que hoje o partido conte com centenas de milhares de filiados jovens.
91. Apesar desses jovens terem assinado a ficha de filiação no Partido dos Trabalhadores, a atuação dos mesmos nas direções municipais, estaduais e nacional de Juventude é mínima. Se levarmos o problema de organização da juventude para nossa intervenção nos movimentos juvenis, a situação é ainda mais dramática. Hoje, não conseguimos ocupar em nenhuma das frentes de luta dos movimentos juvenis uma posição de centralidade. Atuamos de maneira fragmentada e, em geral, levando as disputas internas para o seio dos movimentos.
92. Urge, portanto, a necessidade do avanço na organização da Juventude do PT para uma nova conjuntura que supere os crônicos e históricos problemas que não conseguimos solucionar com a mudança do modelo de setorial para direção da Juventude.
93. Se o PT é um partido de massas precisa de uma juventude de massas. Se o PT pretende ter uma posição dirigente nos movimentos, precisa de uma juventude que tenha postura dirigente nos movimentos juvenis. Se nosso objetivo partidário é disputar e conquistar a hegemonia da sociedade para nosso projeto, devemos ter a capacidade de disputar um setor que compõe 30% desta sociedade.
94. A Juventude Petista deverá fazer a luta política, construir a contra-hegemonia ao neoliberalismo e dar conta de organizar as centenas de milhares de jovens que simpatizam com o projeto que representamos. Para isso, em primeiro lugar precisaremos de uma estruturação que priorize a disputa dos corações e mentes dos



jovens na luta social em relação às disputas internas. Isto só será possível se construirmos um órgão partidário dotado de autonomia e políticas consistentes de comunicação, finanças, formação política, bem como estratégias claras e eficazes de mobilização.

95. Com todas as suas limitações, o PT ainda abre a possibilidade de fazermos pressão por dentro e por fora, para girar a tática do governo, fazer as tais brigas boas, garantir que o segundo mandato do governo Dilma seja superior ao primeiro, e que reflita seus compromissos de campanha. Para conquistarmos estas vitórias, nós precisamos ocupar as ruas e o Partido dos Trabalhadores. O Brasil de hoje é radicalmente novo, enquanto alguns negam o problema e saudosistas dizem que precisamos voltar ao PT da década de 1980, nós dizemos que o que nós que precisamos é de um PT 2015, à altura dos sonhos e desafios da nossa geração.

### **Os desafios da organização do PT - um novo partido para uma nova conjuntura.**

96. Em fevereiro de 2015, o Partido dos Trabalhadores (PT) comemoramos 35 anos de vida ativa na política brasileira. Nestas últimas três décadas e meia, a história do Brasil e da formação de nossa democracia não pode ser contada sem considerar o papel determinante exercido pelo PT, começando pela maneira como fora fundado, naquelas duras circunstâncias do Brasil do fim dos anos setenta, ainda durante o regime militar.

97. A formação deste nosso Partido se deve, resalte-se, à capacidade de síntese de múltiplas opiniões forjadas no seio da esquerda brasileira em décadas de lutas, frente aos grandes desafios colocados por aquela conjuntura. Nessa bandeira se agregaram ativistas de movimentos sociais; militantes de esquerda de organizações políticas tradicionais; de organizações religiosas; de movimentos populares; de intelectuais e artistas; e de trabalhadores do campo e da cidade que, em cada grotão do território brasileiro, acreditaram no sonho de viver em um país democrático, justo, com qualidade de vida e dignidade para o povo.

98. Ao longo de nossos 35 anos, o Partido dos Trabalhadores vem impulsionando uma intensa agenda de aprofundamento da democracia e de avanços dos direitos sociais. Desde nossa constituição, afirmamos o quanto é importante elaborar um programa no

qual o projeto democrático e popular seja o pilar, tendo o socialismo como o nosso norte. Fruto desta luta nasceu um sonho que, com muita criatividade, transformou e inovou a forma de fazer política no país.

99. Nós reivindicamos o socialismo, mas refutamos os limites das formulações teórico organizativas tradicionais. Transcendemos a ideia simplificadora de maioria e minorias, e construímos a possibilidade de síntese de múltiplas opiniões, do valor do debate para a formulação coletiva, a começar pela saudável disputa sobre os rumos e sobre o papel do Partido. Nunca tememos o novo ou o diferente, por isso soubemos traçar o nosso caminho.

100. No início do novo século, elegemos e reelegemos um operário presidente e elegemos e reelegemos uma mulher presidenta. Mais que uma vitória eleitoral, vivemos a vitória de um sonho. Mais uma vez depositários de renovadas esperanças, lá fomos nós ousar mudar os rumos do Brasil com os instrumentos que nos eram possíveis. Ao aprofundar a democracia e começar a girar a roda sob outra lógica - outra ordem de prioridades, inevitavelmente tivemos que escolher e traçar novos caminhos. Aprendemos caminhando o quão difícil é constituir e manter governabilidade, e inúmeras vezes amargamos escolhas espinhosas e contraditórias. Nesta pouco mais de uma década governando o Brasil, aprendemos muita coisa, mas a cada dia que passa, uma certeza temos: a burguesia não nos tolera! Somos duramente combatidos diariamente.

101. O que não podemos perder de vista do nosso horizonte estratégico é que o PT é, tem sido e deve seguir sendo, a principal ferramenta da classe trabalhadora brasileira e não por outro motivo, hoje podemos afirmar que o saldo político de nossa construção é tão positivo que somos levados a elaborar para além do lugar comum, a nos repensar como instrumento e como referência política, a nos reiventarmos como novidade política;

102. A agenda política para o partido nos próximos anos deve ser de intenso debate interno e público, de fortalecimento de nossas instancias, de engajamento social e de disposição para a disputa de opinião. Devemos levar em conta o “PT profundo” que tem sido fundamental tanto para os processos eleitorais, mas centralmente para o importante processo de disputa de opinião que devemos travar na sociedade neste momento; esse sentimento que nos garantiu maioria de votos nos pequenos e médios municípios e

nas periferias, que clama por avanços nas pautas dos direitos humanos e que apostaram na não transferência da recessão econômica para a conta dos/as trabalhadores/as.

103. O centro político de atuação partidária deve refletir a construção da superação desses novos dilemas; Precisamos de um renovado partido para a atual conjuntura.

104. Durante a campanha fomos às ruas, reaproximamos a juventude e organizamos os jovens e a militância petista que no dia-a-dia do partido não encontram espaços para a militância orgânica. Precisamos aproveitar esse momento para seguir mobilizando a juventude e rever os rumos e o papel a ser cumprido pela Juventude do PT no próximo período. Neste contexto a Juventude Petista deve ter como tarefa central organizar os mais de duzentos mil jovens filiados ao Partido dos Trabalhadores, bem como transformar o sentimento de esquerda e progressista que parte da sociedade manifestou durante as eleições em uma força motriz que tenha capacidade de impulsionar as mudanças que queremos para o nosso país.

105. O PT também diminuiu seu enraizamento geográfico a partir do enfraquecimento dos diretórios estaduais e municipais e, conseqüentemente, dos setoriais e núcleos de base. A militância petista deixou de se encontrar em debates, festivais de arte e cultura, seminários de formação política, para se encontrar somente em momentos de disputa interna (PED) e externa (períodos eleitorais), quando as tendências e dirigentes partidários necessitam dos filiados para a sobrevivência do PT e dos mandatos e governos petistas.

106. Precisamos reverter esta condição em nosso partido, enraizar a nossa organização em todos os estados da federação, e garantir que nossos milhares de diretórios municipais se tornem direções com vida ativa, pujante e militante.

107. O PED, por sua vez, torna-se um processo cada vez mais burocrático e despolitizado, produz distorções na política de filiação partidária e sofre cada vez mais influência do poder econômico. Trata-se de uma instituição que não é a raiz de todos os problemas do PT, mas que reproduz os vícios da democracia burguesa no interior da nossa estrutura partidária. Defendemos o fim do financiamento empresarial de campanha como meio

de combater o poder do capital nas eleições, mas o trouxemos para o seio do nosso partido.

108. Defendemos o fim de Processo de Eleições Diretas como método organizativo do PT. Embora pudesse ser um excelente mecanismo para a organização de um partido de massas, ao longo dessa nossa experiência, aprendemos que esvaziamos nossos fóruns e fortalecemos um presidencialismo nem sempre politizado e representativo, reproduziu distorções da pluralidade interna.
109. São inúmeras as transformações em curso no emaranhado das práticas sociais, de forma que o PT necessita se debruçar sobre elas e se auto-avaliar enquanto instrumento de disputa e transformação da sociedade, dedicando neste V Congresso tempo especial a um debate consistente sobre tática e estratégia, capaz de analisar criticamente a política de alianças que construímos na última década. É preciso retomar a prática de encontros e de fóruns de debates em nossa estrutura. Voltarmos a escolher primeiro a política e depois a direção que vai conduzi-la.
110. Um partido de massas precisa ter uma juventude de massas, um partido dos trabalhadores e trabalhadoras, precisa ter uma juventude que esteja dialogando com os jovens em seus locais e vivência, que supere o internismo, um partido socialista, precisa ter uma juventude com real autonomia política que lhe dê condições para questionar posicionamentos conformistas do partido e sempre tencionar à esquerda. Para promover o debate sobre essas e outras tarefas centrais, realizaremos em 2015 o III Congresso da JPT.
111. É visível que a direita tem a oportunidade de uma real ascensão, e portanto é nossa tarefa enquanto partido político ter a capacidade de fazer a leitura da conjuntura, enfrentar o conservadorismo, radicalizar a pauta de esquerda e recolocar o socialismo democrático como perspectiva concreta. Para isso, o PT precisa ter clareza de que dirigimos um governo de coalizão, com uma base frágil no Congresso Nacional, e que as mudanças estruturantes que precisamos fazer só serão possíveis se estivermos nas ruas.

112. Momentos de disputa interna são necessários e denotam o caráter democrático do nosso partido, no entanto não podemos esquecer que nossa disputa real está na sociedade. Precisamos girar nossas forças para travar um debate aprofundado com a sociedade brasileira e apresentar um projeto alternativo ao modelo capitalista e neoliberal que a cada dia mais demonstra sua capacidade para a barbárie. Para tanto precisamos enraizar a nossa organização em todos os estados da federação, e garantir que os milhares de municípios em que estamos organizados tenham direções municipais com vida ativa, pujante e militante.

113. Paulo Freire dizia que na política “forma é conteúdo”, e é preciso admitir que a nossa forma de organizar o partido hoje tem poucos espaços para os militantes orgânicos, que dirá para simpatizantes que pretendem conhecer o PT. Nesse sentido, é tarefa central do PT, em especial de sua juventude, modificar a forma de fazer política para torná-la mais atrativa. Precisamos investir mais em cultura, e nos inspirar nos exemplos dos movimentos feministas, no Movimento dos Sem Terra e tantos outros, que há tempos estabeleceram uma dinâmica interna diferenciada que nos ensina que é possível discutir política de forma dinâmica e agradável. O PT deve resgatar o partido e suas sedes como espaços de convivência que vão além dos momentos de disputa interna e externa.

114. Sobretudo, o PT deve retomar a luta social como prioridade de atuação. Retomar a formação de opinião sobre as pautas das lutas da classe trabalhadora e o desafio de organizar sua base eleitoral em base social organizada.

115. O tempo não para e, certamente, temos condições de novamente sermos o novo na política e reencantar corações e mentes;

**PT Saudações**

**Chapa Partido Para todos e na Luta**